



**COLETIVIZAÇÃO E CONSENSO
NA ZONA RURAL BRASILEIRA
A PARTIR DE MEIO
DE HOSPEDAGEM RURAL**

**COLLECTIVIZATION AND CONSENSUS
IN BRAZILIAN RURAL AREA BASED ON RURAL
ACCOMMODATION ESTABLISHMENT**

COLETIVIZAÇÃO E CONSENSO NA ZONA RURAL BRASILEIRA A PARTIR DE MEIO DE HOSPEDAGEM RURAL

COLLECTIVIZATION AND CONSENSUS IN BRAZILIAN RURAL AREA BASED ON RURAL ACCOMMODATION ESTABLISHMENT

Luciano Torres Tricárico¹

Recebimento: 19/03/2022

Aceite: 15/07/2023

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP).

Docente da Universidade do Vale do Itajaí.

Itajaí – SC, Brasil.

E-mail: tricarico@univali.br

RESUMO

O estudo aproximou três manifestações empíricas pouco relacionadas em pesquisas: coletivização social, consenso e meios de hospedagem rural no Brasil. Tal aproximação foi mote do problema de pesquisa, pois estudos sobre meios de hospedagem não têm se preocupado em investigar condições espaciais como signo para coletivização e consenso no intuito de soluções para demandas sociais. De modo que o objetivo da pesquisa foi descrever espaços de meio de hospedagem rural no Brasil como signo de coletivização e consenso. Para tanto, tomou-se como objeto de pesquisa a Pousada Vitória, no município de Santa Rosa de Lima, Santa Catarina (SC), Brasil; integrante da experiência exitosa de turismo rural brasileiro Acolhida na Colônia. Foi utilizada pesquisa de caráter qualitativo e descritivo; enquanto instrumental de pesquisa, foi feita pesquisa bibliográfica e em fontes primárias e secundárias, leitura espacial in loco registrada em fotografias e entrevista aberta. Todos os dados coletados foram descritos à luz da Teoria da Montagem (Walter Benjamin), suportada pelo ideal de abdução (Charles Sanders Peirce). Os resultados obtidos denotaram a possibilidade de coletivização e consenso em espaços de meio de hospedagem rural, que, de outro modo, indicia espaços para ações cívicas no espaço rural brasileiro.

Palavras-chave: Coletivização. Consenso. Espaço. Rural. Meio de Hospedagem.

ABSTRACT

This study addresses three empirical manifestations that are rarely reported in studies: social collectivization, consensus and rural accommodation establishments in Brazil. This topic was the theme of the research problem, as studies on accommodation establishments have rarely investigated spatial conditions as a sign for collectivization and consensus in order to bring solutions to meet social demands. The objective of this research, therefore, was to describe spaces of rural accommodation establishments in Brazil as signs of collectivization and consensus. The object of research was the Pousada Vitória, a rural guest house located in the municipality of Santa Rosa de Lima, in the southern Brazilian state of Santa Catarina (SC). Qualitative and descriptive research was carried out. The research instruments used were a literature review of primary and secondary sources, spatial reading in loco recorded in photographs, and open-ended interviews. All the data collected were described in light of Walter Benjamin's Montage Theory, supported by the idea of abduction (Charles Sanders Peirce). The results indicate the possibility of collectivization and consensus in rural accommodation spaces which, in turn, indicates spaces for civic actions in the Brazilian rural space.

Keywords: Coletivization. Consensus. Space. Rural. Accommodation Establishments.

INTRODUÇÃO

Três manifestações empíricas pouco relacionadas motivaram o estudo: espaços de meios de hospedagem rural, coletivização social e consenso no Brasil. Pesquisas bibliométricas para os temas referidos, seguidas por leituras bibliográficas, demonstram escassez de estudos para tal relação, bem como demonstram que estudos de meios de hospedagem não estão se dedicando efetivamente a manifestações espaciais; que, de outro modo, indicia teor inovador de pesquisa. Indiciou-se um problema de pesquisa: descrições e interpretações essencialmente sócio-econômicas para meios de hospedagem podem desconsiderar o *espaço* como condição empírica; mesmo que uma dialética sócio-espacial se apresente como explicação (SOJA, 1993; LEFEBVRE, 1991); porque atributos sociais para uma construção jurídico-política podem ser explanados pela produção do *espaço* (LEFEBVRE, 1991).

A pesquisa pressupõe que espaços para coletivização e consenso social não se dão sobremaneira em cidades ou em redes virtuais (BALULA, 2010); mas podem ocorrer também em espaços físicos rurais (sejam turísticos e até mesmo em meio de hospedagem rural). Há, portanto,



o questionamento de pesquisas que têm dedicado às cidades (sobretudo no século XXI) o lugar essencial para coletivização social (HOLANDA, 1995); o questionamento de pesquisas que atribuem à cidade o lugar efetivo do “diálogo” (REIS; VENÂNCIO, 2018) e o questionamento de pesquisas que outorgam à cidade o lugar essencial para participação popular (PAMPLONA; CARVALHO Jr., 2017).

Porém, por outro lado, notam-se pesquisas acerca da coletivização social e consenso no espaço rural: nas Serras de María (Cartagena de Índia, Caribe) em colônias quilombolas no século XVII (NAVARRETE, 2017); em colônias agrícolas e aldeias indígenas amazônicas de 1840 a 1890 (NUNES, 2017); em comunidades agrárias em finais do século XIX, dada à influência política de Fermín Caballero (URQUIJO-GOITIA; PANIAGUA, 2011); atualmente no Valle Central no Chile (LEÓN, 2017); Wang e Rong (2020) aferiram que há condições favoráveis de ação coletiva no meio rural quando há consolidação fundiária; entre tantos outros estudos. No entanto, nenhum destes trabalhos científicos tratou, até o momento, o significado de coletivização social e consenso no Brasil em espaços de meios de hospedagem rural. Daí a pergunta de pesquisa: espaços de meios de hospedagem rural constituem condições para coletivização e consenso no Brasil? Para responder, tomou-se como objeto de pesquisa a Pousada Vitória no município de Santa Rosa de Lima, Santa Catarina (SC), Brasil.

Houve o entendimento metodológico de que um objeto de estudo descrito como fenômeno – Pousada Vitória – contextualiza o território onde se insere e conjectura atributos que constrói este território: a zona rural brasileira; de modo que o objeto de pesquisa – Pousada Vitória – generaliza o fenômeno para o território rural brasileiro – eis condição metodológica própria à pesquisa qualitativa e de viés sócio-espacial aplicado.

Há várias justificativas para esta pesquisa: desvelar outros espaços para coletivização social e consenso, ao se considerar o declínio do estado-nação onde a sociedade necessita reinventar modos de vida coletiva cívica (ANTONINI, 2014). Esta situação se torna mais premente em condições latino-americanas, por apresentarem segmentos populares excluídos e ausência de efetiva atenção do poder público, por vezes ocasionados pela falta de espaços que significam coletivização social (HAMBURGER-FERNANDEZ, 2013). Dentro deste contexto, deve-se notar que a herança colonial exploratória brasileira também configurou omissões para o devido uso coletivo e



cívico do espaço (DAMATTA, 1997); soma-se ainda que a urbanização brasileira começa a se efetuar muito rapidamente após trezentos anos do início da colonização, de sorte que o setor público não qualificaria e não atenderia a espaços públicos urbanos para uso coletivo cívico, dada ao grande contingente populacional que acometiam as cidades brasileiras, à procura de trabalho na indústria (DEÁK; SCHIFFER, 2010).

De outro modo, justifica-se esta pesquisa por entender que coletivização social é um dos princípios para consenso e participação popular em soluções de demandas sociais (TRICÁRICO, 2017); Jürgen Habermas (1981) afere que coletivização social é necessária em movimentos deliberativos de direito à cidade (LOURENÇO; FERNANDES, 2019). Neste caso, destaca-se que Habermas (1981) foi fundamental para a consolidação do consenso e participação popular na gestão e planejamento urbanos, tal como propõem estudos de Judith Innes e Patsy Healey (SOUZA, 2002); somando-se ainda estudos de Cornelius Castoriadis (1975), o qual criticou a democracia de representação ao exaltar a democracia direta que reconhece minorias sociais em ações coletivas deliberativas.

De ordem prática, justifica-se esta pesquisa ao notar que o malogro de assentamentos rurais pode ser verificado pelo uso de fundos sem decisões participativas e consensuais da comunidade assentada (MÉNDEZ *et al.*, 2015). Dadas às mudanças demográficas, houve o fechamento de comodidades públicas em comunidades rurais de países nórdicos, daí que estas comunidades viabilizaram respostas inovadoras consensuais com a sociedade civil organizada (JUNGSBERG, 2020).

METODOLOGIA

O estudo teve caráter qualitativo e descritivo, porque o objetivo alcançou uma generalização para espaço rural brasileiro e para meios de hospedagem enquanto fenômenos (VASCONCELOS, 2002). A discussão interdisciplinar entre coletivização social, consenso e espaços de meio de hospedagem rural, amparou o viés descritivo concernente ao objetivo em explicar três manifestações empíricas pouco correlacionadas; estas manifestações se expõe ainda de modo aberto e amplo para designar estudos futuros (VASCONCELOS, 2002).



Quanto à contextualização dos temas do estudo, foi montada inicialmente bibliometria que operou com as palavras-chave associadas entre si, em português, inglês e castelhano; pesquisadas em bases de dados de portais eletrônicos.

Para contextualizar e fundamentar o objeto de estudo, houve busca por trabalhos acadêmicos científicos que trataram da Pousada Vitória em bibliotecas de universidades. Foram executadas buscas em fontes primárias (*folders*, folhetos, sítios eletrônicos, vídeos, cartazes), assim como entrevista aberta com a proprietária da Pousada Vitória.

Houve leitura espacial *in loco* da Pousada Vitória a partir da Teoria da Montagem (BENJAMIN, 2017), a qual determinou usos do espaço, os quais indicaram *fragmentos sígnicos pretéritos* (BENJAMIN, 2017); este processo se fundamentou em repertório adquirido, reificando-se no que Roland Barthes (1971) entende por prévio conhecimento do estudioso em eleger signos pertinentes à descrição do objeto de estudo. A leitura espacial foi construída com fotografias enquanto registro visual dos espaços vivenciados *in loco*, e também pelas fotografias enquanto fonte primária e representação do *espaço*.

Leitura espacial *in loco*, levantamento fotográfico e entrevista aberta foram coletados nos dias 13, 20 e 27 de outubro de 2020.

Fragmentos sígnicos pretéritos (BENJAMIN, 2017) elencados se converteram em palavras-chave (em português, inglês e castelhano) pesquisadas em produções científicas dos últimos vinte anos (2002 a 2021) em portais eletrônicos. Disto decorreu bibliografia de fundamentação para descrição dos *fragmentos sígnicos pretéritos* designados (BENJAMIN, 2017) quando da leitura espacial.

Entendeu-se o *espaço* como linguagem dotada de *plurisignificação* (diversidade de descrições dadas às variantes inter-relacionais, caracterizando *abdução* como viés de inferência (própria à linguagem não verbal) (PEIRCE, 1984). Esta perspectiva *abductiva* se junta à Teoria da Montagem de Walter Benjamin (2017) para leitura espacial *in loco*: “A leitura (...) apresenta uma estreita união metodológica e epistemológica entre as posturas de Walter Benjamin e (...) conceitos de Charles Sanders Peirce, sobretudo, de sua fenomenologia (...)” (FERRARA, 2000, p. 127).

A montagem para Benjamin (2017) se constrói com referenciais do passado (*fragmentos sígnicos pretéritos*), os quais, ainda que signifiquem descontínuos cronológicos, podem re-conceber



inferências da história no presente. De modo que a *montagem* presume um leitor de espaços que reconhece, redime e revela o passado na atual leitura do presente (FERRARA, 2000).

Para tanto, o pesquisador deve ler no passado *fragmentos sígnicos pretéritos* inferidos no *espaço* atual, suportados por registro de informações acumuladas do leitor (BARTHES, 1971). De modo que a leitura espacial está na ordem da inferência (*abdução*), e nunca será absoluta e totalizante (FERRARA, 2005); respaldando-se, com isso, pesquisa de caráter qualitativo (MARCONI; LAKATOS, 2017).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Espaço para coletivização

Coletivização social compreende ações feitas por outras pessoas com o mesmo significado e intuito entre elas (RABELO, 2003). De modo que espaço para coletivização é a manifestação física do espaço que agrega diversos indivíduos com mesmos interesses; neste sentido, o espaço público urbano tem satisfeito tal atribuição (ALBUQUERQUE; DIAS, 2019; SERPA, 2007; MENDONÇA, 2007; FRÚGOLI Jr., 2007; RYKWERT, 2004; TARROW, 1997; CARR, 1992).

Recentes pesquisas de cunho sociológico demonstram o papel cidadão para coletivização social: o empoderamento de lideranças com viés democratizante e como alternativa à concentração do poder estatal tem sido apontado essencialmente em comunidades urbanas (HAMBLETON, 2015). Também de cunho social, pesquisas sobre gênero aferiram colaboração cívica em contexto cosmopolita das cidades (HØY-PETERSEN WOODWARD; SKRBIS, 2016); estudos sociológicos propuseram novos entendimentos acerca de política pública urbana em ativismos de ecologia urbana, pautados por ações inclusivas e com vínculos familiares (BLOK; MEILVANG, 2014). Com isto se conclui que estudos que referenciaram o *espaço* para coletivização social, entenderam o espaço público urbano enquanto fundamental condição para se juntar diversos indivíduos com mesmos objetivos. Por isso que Abrahão (2008) afirmou que espaços urbanos públicos são essenciais para o civismo, ações cidadãs e personificação da vida pública.



Espaço para consenso

John Rawls (1972) promulgou que consenso se daria inicialmente por autonomia pessoal, indo-se para autonomia coletiva consensual quando de uma consciência também coletiva. Porém, estudos de Rawls (1972) começaram a justificar desigualdades sócio-econômicas (e desigualdades sócio-espaciais por conseguinte) tal como aferiu Daniels (1991).

Os estudos de Jürgen Habermas (1981), essencialmente os estudos da Teoria da Ação Comunicativa, desenvolveram conteúdos para consenso, o qual concebe aceitação e rejeição de reivindicações cidadãs dentro de uma racionalidade crítica, podendo-se desdobrar em decisões voluntárias (consenso), a favor de cooperações entre envolvidos. Os estudos de Habermas (1981) foram referência para o ideal de consenso no planejamento e gestão urbanos em trabalhos de Judith Innes e Patsy Healey (Souza, 2002).

O trabalho de Cornelius Castoriadis (1975) criticou, de alguma forma, a democracia de representação, ao entender que ela reitera o que a grande parte da sociedade pode aspirar, mas não ratifica a sociedade em sua totalidade e em minorias. Com isto, Castoriadis (1975) afere sobre a relevância da democracia direta consensual; Castoriadis (1975) identifica na *ágora* grega a expressão espacial da democracia direta consensual; atributos espaciais da *ágora* propiciavam coletivização social em tomadas de decisões consensuais. Vários autores identificam na *ágora* a raiz da praça pública das cidades vindouras (ABRAHÃO, 2008; SERPA, 2007; MENDONÇA, 2007; FRÚGOLI Jr., 2007; RYKWERT, 2004; TARROW, 1997; CARR, 1992).

Na sequência da *ágora* grega, vem o fórum romano como significado para coletivização social e consenso (MUMFORD, 1998; SENNETT, 1990). A praça pública do comércio do período medieval também amparou coletivamente e de forma consensual deliberações para demandas sociais (MUMFORD, 1998; SENNETT, 1990). Já no Renascimento, ruas configuravam direcionamento para pessoas se encontrarem em um ponto centrípeto comum, o qual se constituía a praça cívica, passível de aglomeração (VIEZZER, 2014). Após o Renascimento, nos séculos XVI até XIX, culminando com a Revolução Industrial, ruas se transformaram em bulevares e praças adquiriram monumentalidade na malha urbana, dada à magnitude cívica que encerravam (VIEZZER, 2014; MUMFORD 1998). No século XX, dentro do modernismo urbanístico, praças deixaram de ter seu grande caráter cívico consensual coletivista (ALEXANDER; ISHIKAWA; SILVERSTEIN, 2013), caracterizando-se “desterritorialização” do espaço de coletivização



social e consenso, concomitante com o surgimento de espaços virtuais das redes sociais eletroeletrônicas (BALULA, 2010; BENITEZ, 2010). Considerada por alguns autores como pós-modernidade (final do século XX e início do século XXI), espaços públicos foram retomados, mas muitas vezes concebidos como imagem de cidades que competiam para atração de investimentos (BENITEZ, 2010); ou até como crítica ao modernismo urbanístico (ALEX, 2008).

Conclui-se, portanto, que conteúdos do espaço para coletivização social e consenso foram efetivamente entendidos enquanto condição essencial da cidade (HOLANDA, 1995). Mas, no caso da cidade brasileira, deve-se notar que sua formação foi pautada pela dominância da zona rural sobre a cidade à época da Colônia: o engenho rural associado à família colonial encerrava como que uma sobrevivência própria e independente, contribuindo para atrasar a formação de cidades, que, “vazias”, pouco ofereciam coletivização social (HOLANDA, 1995). Foi mais tarde, com a proclamação da República, que a praça pública brasileira se consolidou enquanto arcabouço de edificações simbólicas (igreja, escolas, instituições públicas, clubes, bancos) (CÉSAR; BELUSSO; SILVA, 2017), as quais enfatizaram signos de civismo e coletivização social (ALEX, 2008).

Conclui-se que há necessidade de pesquisas que descrevam espaços para além dos públicos urbanos que signifiquem coletivização social e consenso; para Isabel Baptista (2002) citada por Dias (2002, p. 163): “(...) investir (...) na qualidade relacional dos espaços ditos intermédios (...) Situados entre o público e o privado, estes espaços constituem lugares de eleição para a mediação humana e (...) dos valores necessários à vida em comum (...)”.

RESULTADOS

Fragmentos sógnicos pretéritos (Benjamin, 2017) descritos na pousada

Se a possibilidade de coletivização e do “diálogo” para decisões coletivas de requerimentos sociais é efetiva em meio urbanizado (REIS; VENÂNCIO, 2018; PAMPLONA; CARVALHO Jr., 2017), pode-se descrever a implantação do conjunto de edificações que formam a Pousada Vitória como uma pequena urbe dotada de rua coletora e rua local com arco, pracetas enquanto remansos de estar culminados em eixos visuais viários e ao longo desses eixos, e áreas laborais cotidianas (apiário e horta orgânica) (Figura 1).



Figura 1 | Implantação da Pousada Vitória, Santa Rosa de Lima, SC, Brasil



Legenda: 1 pracetas; 2 unidades habitacionais; 3 casa de bonecas; 4 lago;
5 apiário; 6 horta orgânica; 7 refeitório; 8 arco; 9 arco; 10 rua

Fonte: Confeção de imagem por colaborador da pesquisa a partir do Google Earth, 2020

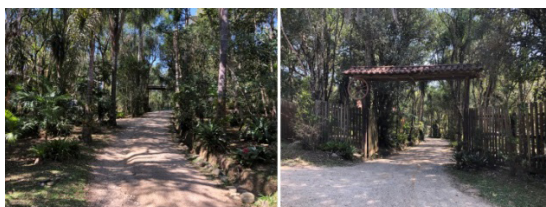
Rua com arco

Entende-se a rua como *fragmento sîgnico pretérito* (BENJAMIN, 2017): a atualidade tem demonstrado a rua e o protesto para cidadãos exigirem mudanças, onde a rua tem enfatizado sua função como instrumento político ao questionar a democracia representativa (PERUCICH, 2019); experiências de consultórios de rua no estado do Rio de Janeiro (Brasil), por meio da técnica Delphi, demonstraram manifestações de consenso, sobretudo para usuários de rua carentes de atenção básica (SIMÕES *et al.*, 2017). A concretude de espaços da rua se apresentou em discursos de entrevistados obtidos em pesquisas sociais na Wall Street, New York, USA (HAMMOND, 2013). Da mesma maneira, um ideal de projeto de consenso social inclui ruas como condição essencial para tanto (DAY; PARNELL, 2002). Pesquisas em espaços vazios urbanos de ruas podem denotar níveis de interação social urbana, seja em relativa autonomia familiar ao usar idiossincriticamente a rua linceira à residência, sejam em imposições político-ideológicas no desenho urbano de ruas e praças (SMITH, 2008) – o que denota que o espaço da rua é signo social. Nesse sentido, entende-se que conflitos sociais nem sempre são situações que devem ser eliminadas; e, por vezes, semelhanças sociais necessitam menos negociações (LOUKAITOU-SIDERIS; EHRENFEUCHT, 2009). Daí a com-

preensão de que a rua na Pousada Vitória, ocupada (sobretudo) por indivíduos aparentemente “não semelhantes” (por serem turistas e visitantes de várias outras localidades) indiciam negociações necessárias e, por pressuposto, consenso.

Ainda pelo viés de que o espaço da rua é signo social, verificam-se pesquisas que demonstraram que a qualidade visual da rua tem papel fundamental na vitalidade urbana, dentro de uma abordagem inovadora da qualidade visual da rua mensurada pela combinação do cálculo da composição tridimensional de vegetação; assim, por exemplo, deu-se com a maioria dos *hutongs* (vuelas que formam o centro antigo de Beijin, China), onde a falta de “verde” acusa baixo nível de uso da rua (TANG; LONG, 2018). Com isso, pode-se verificar que a rua da Pousada Vitória, ladeada e configurada em seu arcabouço por densa vegetação, tende a incentivar uso intensivo. Essa vegetação é “emoldurada” por recurso visual de arco na paisagem (Figura 2), para aqueles que adentram o conjunto da Pousada Vitória.

Figura 2 | Rua local e arco da Pousada Vitória, Santa Rosa de Lima, SC, Brasil



Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador, 2020

Nesse sentido, o arco foi considerado como *fragmento sógnico pretérito* (BENJAMIN, 2017). Arcos concernem efeito visual para indivíduos e, conforme são introduzidos na paisagem, focam o olhar para algo que eles desejam demonstrar interesse; arcos na paisagem também são considerados como uma maneira de se entrar em espaço codificado pelo sagrado, a exemplo de oratórios e tabernáculos; arcos simbolizam ritos de passagem do que está “fora” para o que está “dentro”, até mesmo como narrativa histórica do triunfo de um povo sobre outro; arcos eram controlados, pois somente indivíduos eleitos podiam passar por eles (LAURANCE; NEWSOME, 2012).

Pode-se descrever que o foco do olhar que o arco de entrada da Pousada Vitória procura demonstrar como interesse é a densa vegetação de Mata Atlântica que permeia o conjunto de

edificações; de sorte que essa condição de paisagem *in natura* pode revelar o fator de escapismo da cidade para a natureza do meio rural, numa oportunidade de gozo de ócio e, portanto, condicionando-se também relações afetivas e sociais mais intensas nesse espaço rural natural, porque o indivíduo está longe de atividades cotidianas produtivas do meio urbanizado (BAUMAN, 2001). Bauman (2001) considerou que valores comunitários oriundos do campo se perderam com a urbanização a partir da Revolução Industrial, porque indivíduos procuraram trabalhar e lucrar nas cidades, o que também gerou alterações nos modos e ideário de vida.

Aponta-se, portanto, que a natureza na Pousada Vitória se constitui como signo de escapismo enquanto interesse comum e coletivo para vários e diferentes hóspedes que ali se encontram.

Pracetas

Remansos de estar ao longo e no final de eixos viários (Figura 3) podem ser observados como pequenas praças urbanas para encontro de pessoas; daí a praca ser o *fragmento sígnico pretérito* (BENJAMIN, 2017) descritivo para o ideal de coletivização e consenso na Pousada Vitória.

Figura 3 | Remansos de estar na Pousada Vitória, Santa Rosa de Lima, SC, Brasil



Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador, 2020

A praça, como entroncamento de vias e caminhos, promove encontros entre essas pessoas no momento em que elas chegarem simultaneamente na praça (CALDEIRA, 2007); daí o caráter de coletivização que a praça encerra. E, por isso, a praça como espaço oportuno para o debate e consenso, a qual remonta à ágora grega enquanto senado (PLATÃO, 2001); ainda que se possa inferir sobre tal caráter cívico da praça, também é possível descrever o fator de vínculo comunitário

das pracetas (ou *pockets parks*), dadas suas dimensões menores que configuram situações sociais mais “intimistas” (PURPER; RIGATI; ALMEIDA, 2019).

A praceta ou remanso de estar ao longo da rua local da Pousada Vitória também é amparo para encontros noturnos entre hóspedes, porque possui a motivação de uma fogueira (última imagem da Figura 3). De maneira que o fogo, como advento, é *fragmento sígnico pretérito* (BENJAMIN, 2007) que pode descrever espaços de coletivização e consenso na pousada durante a noite.

Radcliffe-Brown (1922) demonstrou que o fogo, por sua materialidade, pode aquecer e iluminar uma reunião de pessoas, mas também encerra valores simbólicos e culturais. Fogo em fogueiras pôde proteger homens contra animais selvagens, promover calor em dias frios em espaços abertos; sendo, portanto, fator de interesse comum para várias pessoas que, oportunamente conversam e comutam. De sorte que a coletivização se originou com o hábito de primatas se sentarem junto à fogueira, estabelecendo vínculos solidários que, com o tempo, fortaleceram costumes ao redor de fogueiras que transformaram a convivência humana, pois fundamentaram lugares de observação mútua para o conhecimento e incremento de atividades humanas, incentivo para o convívio coletivo como fator de segurança e conforto, diminuição da agressividade e configurando estreitamentos pacíficos (RADCLIFFE-BROWN, 1922). De outra maneira, Wiessner (2014) entendeu que a luz projetada por fogueiras é um prolongamento da luz do dia, o que permite a extensão e junção de atividades laborais de subsistência (essencialmente à luz do dia) e festas coletivas (essencialmente à noite); sendo à noite que se predominam relações com maior interação social – música, dança, cerimoniais – atreladas às narrativas afetivas entre pessoas (parentesco, casamento, família).

Áreas para atividades laborais cotidianas: apiário e horta orgânica

Tal como nas cidades existem fábricas, indústrias, lugares para prestação de serviços, entre outros, a urbanidade interna à implantação do conjunto da Pousada Vitória também possui lugares laborais – apiário e horta orgânica – mas não só como atividade produtiva para geração de renda e subsistência de empreendimento agrícola, mas também como atividade para capacitação de hóspedes. O fator de coletivização se estabelece pelo interesse comum de hóspedes em alimentação com produtos orgânicos nos momentos de capacitação, os quais podem levar a



decisões consensuais. A reunião de pessoas com os mesmos propósitos em um mesmo lugar, no intuito de incrementar seus conhecimentos acerca de produção agrícola orgânica, pode favorecer trocas comunicativas e informativas não só por interesse próprio individual, mas promover partilhas coletivistas em arranjos colaborativos, muitas vezes pautados pelo consenso.

De outra maneira, o apiário com o trabalho das abelhas na fabricação de mel, também é signo para o ideal de coletivização e consenso, pela observação da divisão social do trabalho e hierarquização notável de abelhas como retórica para política humana; pois relações entre humanos e animais geram comparações de influência mútua, ao se tomar insetos sociais (assim como animais domésticos) em razão da proximidade com humanos (FERREIRA, 2018). De sorte que a capacitação de hóspedes no apiário não é só uma formação técnica, mas também a aplicação de observações de organização das abelhas em comportamentos e atitudes humanos, demonstrando-se a importância em se estabelecer correlações entre abelhas e seres humanos (GASPARINI; RODRIGUES; NOGUEIRA-FERREIRA, 2008).

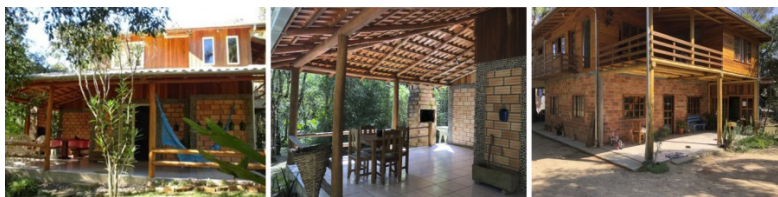
Por outro viés, podem-se descrever atividades de capacitação na Pousada Vitória remontantes às práticas agrícolas originárias, às primeiras fases do artesanato e manufatura como *fragmentos sígnicos pretéritos* (BENJAMIN, 2017). Com esse sentido, essas formas de produção agrícola, artesanal e manufatureira podem incluir o mesmo trabalhador nas diferentes e necessárias fases de produção, ao contrário do trabalho da era industrial: segmentado e com produção em série. De modo que o trabalho agrícola, artesanal e manufatureiro propõe uma noção totalizante para o trabalhador de sua contribuição social na economia produtiva (ROSENTHAL, 2005); e pelo fato desse trabalhador compreender todas as fases de produção, pode melhor respeitar e consentir para com seus outros companheiros de produção.



Entre a urbe e a casa: varandas

Varandas junto às edificações das unidades habitacionais na Pousada Vitória são lugares para se reunir em coletividade (Figura 4); por isso são descritas aqui como *fragmento sígnico pretérito* (BENJAMIN, 2017).

Figura 4 | Varandas e redes de dormir na Pousada Vitória, Santa Rosa de Lima, SC, Brasil



Fonte: <https://acolhida.com.br/>, fotografia postada por Pousada Vitória (primeira imagem).

Acervo fotográfico do pesquisador, 2020

Varandas são entrepostos entre vida pública (na rua) e lugar privado da residência (BROWN; BURTON; SWEANEY, 2010); varandas se tornam espaços citadinos públicos (tal como praças) quando acolhem hóspedes; de modo que do ponto de vista social, varandas ritualizam possível entrada em espaço não permissível ou lugar adequado para hóspedes inesperados, muitas vezes quando o lar não está preparado para devida hospitalidade (HEATHCOTE, 2012); de sorte que varandas crivam o conveniente e o inconveniente (MARAGNO; COCH, 2017);

De outro modo ainda, varandas proporcionam convívio familiar, relações de vizinhança, sentimento de comunidade e segurança para transeuntes na rua – dada à presença de pessoas – muitas vezes porque encerram atividades cotidianas (organização da casa em reparos ou em faxina, recreação infantil, jardinagem, etc). Porém, deve-se considerar que varandas não têm a obrigação em estabelecer o bom relacionamento entre vizinhos e transeuntes das ruas, mas podem proporcionar à comunidade o devido convívio quando se desejar, chegando-se até mesmo em relações sócio-políticas e cultura cívica (BROWN; BURTON; SWEANEY, 2010).

Praticamente todos os assentamentos humanos são dotados de casas com varandas (HEATHCOTE, 2012); desde a colonização, a arquitetura brasileira demonstra o uso de varandas (MARAGNO; COCH, 2017); varandas significam o ideal de lar para norte-americanos, elas simbolizaram ruptura com edificações colonizadoras inglesas, são designadas como espaços diplomáticos e até ampararam salas de aula durante

a explosão demográfica nos Estados Unidos (HEATHCOTE, 2012).

As varandas nas edificações da Pousada Vitória encerram redes de dormir (Figura 6). A distribuição espacial de redes de dormir nas varandas da Pousada Vitória é condicionada pela possibilidade de mudança de suas disposições, o que pode implicar em adequações e readequações de localização das redes, até se estabelecer proximidades por préstimos comuns entre indivíduos – daí o papel coletivista das redes de dormir disponíveis nas varandas.

O conjunto das redes de dormir nas varandas pode indicar a coletividade social presente em moradias indígenas brasileiras – ocas com redes de dormir – como *fragmento signico pretérito* (BENJAMIN, 2017). A coletivização praticada nas ocas e em redes de dormir indígenas pode ser descrita por sexo poligâmico entre indígenas (WEIMER, 2005); por isso redes de dormir foram associadas à sexualidade, nudez e preguiça, relatadas por Pero Vaz de Caminha, André Thevet, Jean de Lery, Hans Staden, Jean Nieuhof e Karl von den Steinen (FONSECA, 2013); e também por isso, redes de dormir se tornaram uma identidade para cultura brasileira, tal como descreveu Câmara Cascudo (ROCHA, 2006).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao entender espaço para coletivização social como manifestação física que possibilita ações de indivíduos com mesmo significado e objetivo (RABELO, 2003), pode-se então compreender que escapismo junto à natureza na Pousada Vitória se constitui em interesse comum para hóspedes. A recorrência visual da paisagem natural e rua configurada por arborização atestam espaço configurado por natureza. Entrevista feita com a proprietária da Pousada Vitória aferiu que fuga de atividades cotidianas das cidades para a natureza em meio rural é a principal motivação para hóspedes da pousada. Tal motivação em comum na busca pela natureza encerra pessoas de lugares diferentes (hóspedes), mas com possível relação solidária mútua, dado o valor de pertencimento e identitário comuns para com a natureza (espaço para escapismo); ou seja, o ideal comunitário vai além do grupo de indivíduos locais, pois se pode ter comunidade quando ela é definida por pessoas que atribuem significado ao lugar, ainda que não sejam moradores deste lugar (SANTOS, 2000).

Como possível exemplificação de desdobramento exitoso na relação entre locais e visitantes, podem-se citar as Áreas Designadas para Administração de Turismo Sustentável (Dasta), as quais iniciaram



programas de turismo criativo (SONGSERM; WISANSING, 2014) e proporcionaram experiências para turistas em vilas rurais. Na ocasião, processos de aprendizagem participativa consensual foram utilizados para co-criar atividades de interesse para visitantes; Wisansing e Vongvisitsin (2019, p. 122) atestaram que a abordagem participativa, consensual e co-criativa mudou a forma de gerir as comunidades de “cima para baixo” para “debaixo para cima”, a qual reifica empoderamento local e participação democrática.

De outra forma, mas também relacionados à natureza, os espaços da horta e do apiário proporcionam grupos de pessoas reunidas tendo o objetivo comum de aprendizado no manejo de hortaliças e do mel orgânicos; podendo-se, de outro modo, ocasionar trocas de informação e comunicação como signo para trocas colaborativas consensuais (ARAÚJO, 2012). Vale destacar que alimentos orgânicos oferecem *confiabilidade* (signo de interesse comum) (LOCKIE, 2006).

Espaços significando consenso se apresentam evidentemente em cidades (Holanda, 1995). Na Pousada Vitória, ainda que em zona rural, pode-se inferir uma implantação de usos e edificações que configuram cidade – rua, pracetas, varandas – que suportam atividades coletivistas, de trocas mútuas, indiciando-se consenso. A Pousada Vitória pode se apresentar como “catalisador” de visitantes e turistas (partes interessadas para o planejamento e gestão), propiciando-se porções sociais representativas equitativas em processos de construção consensual no território rural (BRUÑA-GARCÍA; MAREY-PEREZ, 2015).

De modo que meio de hospedagem rural desvela espaços não citadinos públicos significando coletivização social e consenso (RECA, 2004); fato necessário para realidade política brasileira carente de formas democráticas diretas (Pereira, 1977). Neste sentido, a tecnoburocracia no Brasil, na figura do “técnico perito”, em sua posição social privilegiada, por ter poder decisório técnico, pôde também arrefecer decisões de “outros” (TRICÁRICO, 2017).

Fato que experiências coletivistas consensuais em meio de hospedagem rural podem ser inesquecíveis (DECKER, 2009), consolidando-se cultura coletivista consensual: “De volta ao seu país, ele ficava satisfeito em contar os sinais de benevolência que tinha recebido; e a lembrança se perpetuava na família (...)” (MONTADON, 2003, p. 133).



CONCLUSÕES

Ratifica-se a inferência deste estudo ao descrever espaços de meio de hospedagem rural significando espaços para coletivização social e consenso. Trata-se, no entanto, de inferência a partir de um único objeto de pesquisa (Pousada Vitória), mas que, com adoção de metodologia qualitativa e descritiva, poderá generalizar outras situações cabíveis para o espaço rural brasileiro. Por isso, pesquisas futuras sugerem outros objetos de estudo, no intuito de aferir acerca de meios de hospedagem rural no Brasil significando coletivização social e consenso.

Do ponto de vista de aplicabilidade deste estudo, há o potencial da zona rural brasileira propiciar iniciativas políticas de democracia direta, dado ao atributo coletivista consensual que o *espaço* de meio de hospedagem encerra. O que também contribui para o empoderamento de comunidades rurais, diante da desenvoltura de oligarquias rurais locais, coronelismo e latifundiários que esmorecem formas de democracia direta no meio rural brasileiro (PRADO Jr., 1987). Com isto, admite-se também que comunidades rurais brasileiras podem decidir sobre suas próprias necessidades; portanto, há desdobramento para decisões sócio-ambientais no enfrentamento da agricultura patronal e dizimação de modos de vida do campo no Brasil (GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO, 2013; BORGES, 2014).

AGRADECIMENTOS:

Pesquisa financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Brasil, com Bolsa Produtividade em Pesquisa e auxílio do Artigo 170 do Governo do Estado de Santa Catarina, SC, Brasil.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, S. L. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- ALBUQUERQUE, M. C. B.; DIAS, D. M. dos S. O direito à cidade nos interstícios do espaço público: parklets para que e para quem?. *Revista de Direito da Cidade*, v. 11, n. 3, p. 347-375, 2019.
- ALEX, S. *Projeto da praça. Convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Senac, 2008.
- ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. *Uma linguagem de padrões*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- ANTONINI, E. Rethinking public space and citizenship in post-national times: Hannah Arendt and 'the right to have rights'. *European Journal of Research on Education*, v. 2, n. 6, p. 80-87, 2014.
- ARAÚJO, L. A colaboração como base para o planejamento turístico e territorial. In: CORIOLANO, L. N.; PERDIGÃO, F. (Orgs.). *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza, EdUECE: 2012.
- BALULA, L. Espaço público e criatividade urbana: a dinâmica dos lugares em três bairros culturais. *Cidades – Comunidades e Territórios, CET – Centro de Estudos Territoriais*, v. 20, n. 21, p. 43-58, 2010.
- BARTHES, R. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENITEZ, O. S. Espacio público y paz social. *Revista de Paz y Conflictos*, v. 3, p. 23-43, 2010.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora da UFMG/Imprensa Oficial de São Paulo, 2017.
- BLOK, A.; MEILVANG, M. L. Picturing urban green attachments: civic activists moving between familiar and public engagements in the city. *Sociology*, v. 49, n. 1, p. 19-37, 2014.
- BORGES, V. de P. C. Dinâmica social do espaço rural: O turismo de base comunitária da rede de agroturismo Acolhida na Colônia. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, v. 21, n. 22, pp. 439-451, 2014.
- BROWN, B.; BURTON, J.; SWEANEY, A. Neighbors, households, and front porches: new urbanist community toll or mere nostalgia?. *Environment and Behavior*, v. 30, n. 5, p. 579-600, 1998.
- BRUÑA-GARCÍA, X.; MAREY-PEREZ, M. Public forestry planning as the basis of rural governance. *Bosque*, v. 36, n. 2, p. 187-197, 2015.
- CALDEIRA, J. M. A Praça brasileira: trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade. 2007. Tese (Tese em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CARR, S. *Public space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- CÉSAR, P. de A. B.; BELUSSO, A.; SILVA, C. R. da. Praça do Centro de Flores da Cunha (RS): palco de realizações sociais, religiosas e turísticas. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 17, n. 1, p. 123-137, 2017.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DANIELS, T. The Purchase of Development Rights. Preserving Agricultural Land and Open Space. *Journal of the American Planning Association*, v. 57, n. 4, p. 421-431, 1991.
- DAY, C.; PARNELL, R. *Consensus Design Socially inclusive process*. Oxford: Architectural Press, 2002.
- DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.
- DECKER, K. A experiência do local como fator de concorrência à internacionalização. In: FURTADO, S.; SOGAYAR, R. (Orgs.). *Hospitalidade: um relacionamento global de conhecimentos e atitudes*. São Paulo: LCTE Editora, 2009.
- DIAS, C. M. de M. *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole, 2002.
- FERRARA, L. D'A. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.
- FERRARA, L. D'A. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Ática, 2005.



- FONSECA, R. Redes de dormir. *Carbono: Natureza, Ciência e Arte*, n. 3, p. 1-17, 2013.
- FRÚGOLI Jr., H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- GASPARINI, T. F.; RODRIGUES, T. B.; NOGUEIRA-FERREIRA, F. H. Correlação entre aspectos da organização social das abelhas sem ferrão (Meliponinae) e da espécie humana utilizada em educação ambiental. *Arquivos do Mudi*, v. 12, n. 1, p. 15-22, 2008.
- GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 6, n. 1, p. 93-106, 2013.
- HABERMAS, J. *Teoria da ação comunicativa*. Martins Fontes: São Paulo, 1981.
- HAMBLETON, R. Power, place and new civic leadership. *Local Economy*, v. 30, n. 2, p. 167-172, 2015.
- HAMBURGER-FERNANDEZ, Á. A. Human development and quality of life in Latin America: public space and citizenship in ethical perspective. *Revista Latinoamericana de Bioética*, v. 13, n. 2, p. 32-47, 2013.
- HAMMOND, J. The significance of space in Occupy Wall Street. *Interface: a journal for and about social movements Article*, v. 5, n. 2, p. 499-524, 2013.
- HEATHCOTE, E. Between two worlds. A porch acts as an interface between the public and private realms. 2012. Disponível em: <https://www.ft.com/content/b014a0ce-8f86-11e1-98b1-00144feab49a>. Acesso em: 15 julho 2018.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HØY-PETERSEN, N.; Woodward, I.; Skrbis, Z. Gender Performance and Cosmopolitan Practice: Exploring gendered frames of openness and hospitality. *The Sociological Review*, v. 64, n. 4, p. 970-986, 2016.
- JUNGSBERG, L.; COPUS, A.; BYSKOV, H. L.; KJELL, N.; PERJO, L.; RANDALL, L.; BERLINA, A. Key actors in community-driven social innovation in rural areas in the Nordic countries. *Journal of Rural Studies*, v. 79, p. 276-285, 2020.
- LAURANCE, R.; NEWSOME, D. *Rome, Ostia, Pompei: movement and space*. New York: Oxford University Press, 2012.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. London: Wiley, 1991.
- LEÓN, E. A. Habitar la orilla de los lugares colectivos y la estructura de la ruralidad en el Valle Central de Chile: una revisión de tipos y casos. *Revista Arquitecturas del Sur*, v. 35, n. 1, p. 56-65, 2017.
- LOCKIE, S. Capturing the Sustainability Agenda: Organic Foods and Media Discourses on Food Scares, Environment, Genetic Engineering, and Health. *Agriculture and Human Values*, v. 23, n. 3, p. 313-323, 2006.
- LOUKAITOU-SIDERIS, A.; EHRENFEUCHT, R. *Sidewalks: conflict and negotiation over public space*. Boston: Massachusetts Institute of Technology, 2009.
- LOURENÇO, D. B.; FERNANDES, E. N. As contribuições da democracia deliberativa de Jürgen Habermas para um direito à cidade mais efetivo. *Direito da Cidade*, v. 11, n. 4, p. 392-410, 2019.
- MARAGNO, G. V.; COCH, H. O desenho da varanda e sua repercussão ambiental na arquitetura das casas brasileiras. 2017. Disponível em: <https://prezi.com/nlob7ynuyztl/o-desenho-da-varanda-e-sua-repercussao-ambiental-na-arquitet/>. Acesso em: 20 julho 2018.
- MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2017.
- MÉNDEZ, A.; ROMERO, A. G.; SANTOS, M. A.; GARCÍA, V. I. Social determinants of the alternative tourism viability in Atlautla, a rural community of the Center of Mexico. *Investigaciones Geográficas*, v. 90, p. 119-135, 2015.
- MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 7, n. 2, s.p., 2007.
- MONTADON, A. Hospitalidade ontem e hoje. In: Dencker, A.; Bueno, M. S. (Orgs.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- MUMFORD, L. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. Martins Fontes: São Paulo, 1998.
- NAVARRETE, M. C. Formas sociales organizativas en los palenques de las Sierras de María, siglo XVII. *Historia y Espacio*, v. 13, n. 48, p. 19-44, 2017.



- NUNES, F. A. Direitos de propriedade, agricultura e controle social: representações oficiais sobre aldeamentos de índios e colônias agrícolas da Amazônia, décadas de 1840-80. *Historia agraria: revista de agricultura e historia rural*, v. 71, p. 79-107, 2017.
- PAMPLONA, D. A.; CARVALHO JR., M. R. de. As cidades e a participação democrática: possíveis inovações na política urbana brasileira no pós-1988. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 1, p. 78-101, 2017.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- PEREIRA, L. C. B. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- PERUCICH, J. F. V. Actos de disenso como urbanismo democratizador: el espacio político en Santiago de Chile. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 19, p. 1-12, 2019.
- PLATÃO, A. *República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PURPER, V.; RIGATI, D.; ALMEIDA, G. G. F. Espaços públicos compactos como espaços de conexões inteligentes: os pocket parks em São Paulo, Brasil. In: Almeida, G. G. F.; Engel, V. (Orgs.). *Cidades inteligentes: desafios e oportunidades nas cidades do século XXI*. Santa Cruz do Sul: The Help, 2019. p. 117-131.
- RABELO, D. C. *Comunicação e mobilização social na Agenda 21 local*. Vitória: Edufes/Facitec, 2003.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *The Andaman islanders: a study in social anthropology*. New York: Oxford University Press, 1922.
- RAWLS, J. A *Theory of Justice*. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- RECA, Y. G. Foro cívico por la convivencia: una experiencia participative en Rivas Vaciamadrid. *Psychosocial Intervention*, v. 13, n. 3, p. 373-382, 2004.
- ROCHA, G. No princípio era a preguiça...: o sentido do tempo na literatura de fundação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 28, pp. 11-31, 2006.
- REIS, É. V. B.; Venâncio, S. R. Cidade: espaço de diálogo e desenvolvimento humano. *Revista Direito da Cidade*, v. 10, n. 2, p. 690-727, 2018.
- ROSENTHAL, T. The Arts and Crafts Movement and J.R.R. Tolkien: Middle-Earth's. *Imagery and Philosophy*, v. 11, n. 15, p. 1-14, 2005.
- RYKWERT, J. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SENNETT, R. *La conciencia del ojo*. Barcelona: Duplex, 1990.
- SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SIMÕES, T. do R. de B. A.; Couto, M. C. V.; Miranda, L.; Delgado, P. G. G. Missão e efetividade dos Consultórios na Rua: uma experiência da produção de consenso. *Saúde em Debate*, v. 41, n. 114, p. 963-975, 2017.
- SMITH, M. Urban empty spaces. Contentious places for consensus-building. *Archaeological Dialogues*, v. 15, n. 2, p. 216-231, 2008.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SONGSERM, N.; WISANSING, J. Community participatory approach for creative tourism: Case examples from Thailand. In: RICHARDS, G.; RUSSO, A. P. (Eds.). *Alternative and creative tourism*. Arnhem: ATLAS, 2014. p. 28-37.
- SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TANG, J.; LONG, Y. Measuring visual quality of street space and its temporal variation: Methodology and its application in the Hutong area in Beijing. *Landscape and Urban Planning Landscape and Urban Planning*, v. 191, p. 1034362, 2018.
- TARROW, S. El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza Editorial, 1997.



TRICÁRIO, L. T. *Raptos do direito à cidade como categoria de análise do plano urbano: a Cidade Moderna*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

URQUIJO-GOITIA, J. R.; PANIAGUA, Á. Entender a Fermín Caballero: poder, política y espacio rural en el siglo XIX. *Historia Agraria. Revista de Agricultura e Historia Rural*, v. 53, p. 43-71, 2011.

VASCONCELOS, E. *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEZZER, J. *As linhas projetuais paisagísticas e a percepção dos usuários das praças de Curitiba-PR*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2014.

WANG, R.; RONG, T. Patterns of rural collective action in contemporary China: An archetype analysis of rural construction land consolidation. *Journal of Rural Studies*, v. 79, p. 286-301, 2020.

WEIMER, G. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WIESSNER, P. Embers of society: Firelight talk among Ju/'hoain Bushman. *PNA*, v. 111, n. 39, p. 14027-14035, 2014.

WISANSING, J. J.; VONGVISITSIN, T. B. Local impacts of creative tourism initiatives. In: DUXBURY, N.; RICHARDS, G. (Eds.). *A research agenda for creative tourism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019. p. 122-136.

